



**9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo**

Oficial: Alfredo Cristiano Carvalho Homem

Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - Centro

Tel.: (XX11) 3101-4501 - Email: novertd@9rtd.com.br - Site: www.cdtsp.com.br

**REGISTRO PARA FINS DE
PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS**

Nº 57.907 de 25/03/2022

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **109 (cento e nove) páginas**, foi apresentado em 21/03/2022, o qual foi protocolado sob nº 90.719, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **57.907** e averbado no registro nº 36.680 de 18/11/2013 no Livro de Registro A deste 9º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

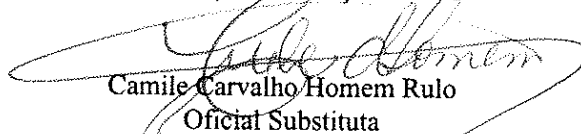
Denominação

**IMED INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
CNPJ nº 19.324.171/0001-02**

Natureza:

ATA

São Paulo, 25 de março de 2022


Camile Carvalho Homem Rulo
Oficial Substituta

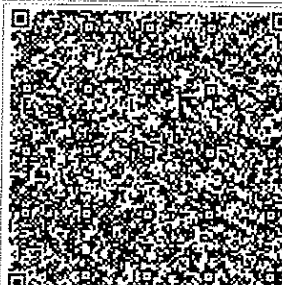
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 698,52	R\$ 199,21	R\$ 136,90	R\$ 37,31	R\$ 47,58
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 33,93	R\$ 14,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.168,09



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00201611281114439



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico: <https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1137614PJBB000014936EB220



AO ILMO. 9º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULO E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL-SP.

IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, associação civil sem fins lucrativos devidamente inscrita junto ao CNPJ/MF sob o nº 19.324.171/0001-02, sediado nesta Capital, à Rua Itapeva, 202, cj. 34, Bela Vista, e neste ato representada por seu procurador, que subscreve a presente, vem requerer se digne esta d. Serventia de promover ao registro da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Sede da Entidade, datada de 07/01/2022 (documento anexo).

Pede deferimento.

São Paulo, 21 de março de 2.022.

André Fonseca Leme
OAB/SP nº 172.666

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, **IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 19.324.171/0001-02, com sede na Rua Itapeva, nº 202, conjunto 34, Bela Vista, Município de São Paulo, Capital, CEP 01332-000, neste ato representado na, forma do seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **SR. DONATO LUIZ PERILLO**, brasileiro, viúvo, cirurgião dentista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.081.102 SSP-SP e do CPF/MF sob nº 066.903.608-06, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Salete, nº 222, apartamento 10-C, CEP 02016001, e por seu Diretor Financeiro, **SR. ANDRÉ SILVA SADER**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.044.816-2 SSP-SP e do CPF nº 170.725.418-45, residente e domiciliado na Rua Guilherme Ceschin, nº 120, Jardim das Paineiras, Cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, CEP.: 13874-716, nomeiam e constituem seus bastante procuradores, o **DR. ALEXANDRE KOSLOVSKY SOARES**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 24.466.189-3 SSP-SP e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 259.913.258-47 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o n.º 197.302, e o **DR. ANDRÉ FONSECA LEME**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 20.737.340-1 SSP-SP e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 275.226.198-58 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o n.º 172.666, ambos com endereço profissional na Avenida Paulista, n.º 1.009, conjunto 601, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01311-100, ao qual confere os poderes da cláusula "ad judicium et extra" para, em conjunto ou isoladamente, representarem o Outorgante perante Órgãos e Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais e ou de Pessoas Jurídicas, Oficiais de Registros de Títulos e Documentos, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para

IMED – Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento

Sede: Rua Itapeva, nº 202, Conjunto 34, Bela Vista, Município de São Paulo, Capital, CEP 01332-000

www.imed.org.br - projetos@imed.org.br



TABELÃO DE NOTAS DA COMARCA DA CAPITAL
JOSÉ ALBERTO FERREIRA - Tabelião de Notas
Al. Santos, 1470 - São Paulo - SP
AUTENTICAÇÃO - Autêntico e presente
Cópia fotográfica retirada destas notas
conforme original apresentado, deu fé.

09 AGO, 2021
VALDIR TORRES
COM SELO DE AUTENTICIDADE
JOSÉ ALBERTO FERREIRA SILVÉRIO
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. PI VERBAS - R\$ 3,90

EM BRANCO

Este documento é uma cópia digital de um documento original. O conteúdo pode conter erros de formatação ou caracteres ilegíveis devido à qualidade da imagem ou ao processo de digitalização. Para garantir a precisão das informações, consulte o documento original.



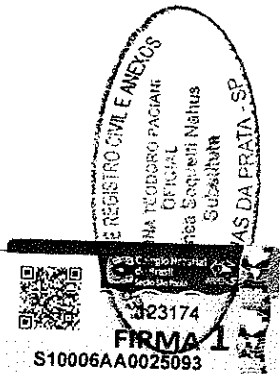
(1) participarem de chamadas ou chamamentos públicos, inclusive de sessões públicas, assinando e firmando declarações, termos, questionamentos, impugnações, atas, recursos e todos os demais atos e documentos inerentes; (2) abrirem, encerrarem e movimentarem contas bancárias; (3) apresentarem e retirarem quaisquer documentos; (4) assinarem cartas de preposição para uso em processos judiciais e extrajudiciais, bem como requerimentos, formulários, contratos e carteiras de trabalho (CTPS) e termos de rescisão (TRCT) de colaboradores; (5) firmarem compromisso, declarações e contratos públicos ou privados; (6) contestarem, recorrerem e proporem todas as ações e medidas administrativas e judiciais que julgarem convenientes para defender os interesses do Outorgante; dando tudo por bom, firme e valioso, praticando enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal desempenho deste mandato, podendo inclusive substabelecê-lo a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes.

O presente instrumento tem validade por 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura, sendo ratificados todos os atos anteriormente praticados pelos procuradores retromencionados.

São Paulo, 30 de julho de 2021.


Donato Luiz Perillo
 Diretor Presidente


André Silva Sader
 Diretor Financeiro



TABELÃO DE NOTAS
 Cislle Dias Rodrigues Oliveira de Barros
 Tabelão
 Rua Duarte de Azevedo, 190 Santana São Paulo SP 02036-021
 Fone: 11 4837-4999 www.23tabelao.com.br

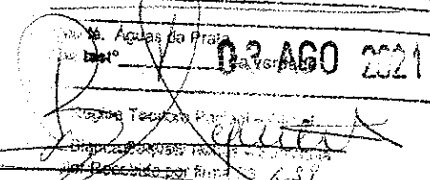
Reconheço Por Semelhança a(s) Firma(s) Sem Valor econômico de:
 (REC05079) - DONATO LUIZ PERILLO

São Paulo, 06 de Agosto de 2021. Valor R\$: 6,75
 Em tes... da verdade.
AURENDE BARRETO ROSADO FERRAZ - ESCRIVENTE
 Selo(s): 1046AA09626661
 Valido somente com Selo de Autenticidade



Registro Civil e Anexos de Aguas da Prata - Sp.
 Reconheço a(s) firma(s) **SUPRA POR SEMELHANÇA DE ANDRÉ SILVA SADER**

03 AGO 2021



VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Sede: Rua Itapeva, nº 202, Conjunto 34, Bela Vista, Município de São Paulo, Capital, CEP 01332-000

www.imed.org.br - projetos@imed.org.br



12º TABELÃO DE NOTAS DA COMARCA DA CAPITAL
 Rua Rui Barbosa, 1470 - São Paulo - SP
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente copia tipográfica extraída de notas originais apresentadas, deu fé.

08 AGO 2021

RENATO FERREIRA SILVÉRIO
 ESCRIVENTE AUTORIZADO
 CUSTAS CONTRIB. P/ VERGAS - R\$ 3,90

EM BRANCO



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, EM 07.01.22, ÀS 20:30 H

Data, horário e local: 7 de janeiro de 2022, às 20:30 h, na sede social, na Rua Itapeva, nº 202, conjunto 34, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01332-000.

Presença: A totalidade dos membros do Conselho de Administração, que assinaram lista de presença anexa a esta ata. Presente também o Diretor Presidente da entidade, SR. DONATO LUIZ PERILLO, brasileiro, casado, cirurgião dentista, portador da cédula de identidade RG nº 2.081.102 SSP-SP e inscrito junto ao CPF/MF sob nº 066.903.608-06, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Salete, nº 222, apartamento 10 "C", Santana, CEP 02016-001.

Convocação: Dispensada a convocação da Reunião do Conselho de Administração, face à presença da totalidade de seus membros, nos termos do art. 30, § 3º, do Estatuto Social.

Mesa: VANDER LUÍS CARDOSO FORTUNATO, presidente da mesa de reunião; e DONATO LUIZ PERILLO, secretário da mesa de reunião, após receber e aceitar o convite realizado pelo presidente da mesa de reunião.

Ordem do dia da reunião do Conselho de Administração: Discutir e deliberar sobre:

(1) apreciação e eventual aprovação do relatório gerencial e de atividades do Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, referente ao ano de 2021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN);

(2) apreciação e eventual aprovação do relatório gerencial e de atividades dos Contratos de Gestão Emergencial nsº 003/2021-SES/GO e 047/2021-SES/GO, referentes aos períodos do ano de 2021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL);

(3) apreciação e eventual aprovação do relatório gerencial e de atividades dos Contratos de Gestão Emergencial nsº 004/2021-SES/GO e 049/2021-SES/GO, referentes aos períodos do ano de 2021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF);



(4) apreciação e eventual aprovação do relatório gerencial e de atividades dos Contratos de Gestão Emergencial nº 021/2021-SES/GO e 046/2021-SES/GO, referentes aos períodos do ano de 2.021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB);

(5) apreciação e eventual aprovação do relatório gerencial e de atividades do Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, referente ao ano de 2.021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN);

(6) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes ao Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN);

(7) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes aos Contratos de Gestão Emergencial nº 003/2021-SES/GO e 047/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL);

(8) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes aos Contratos de Gestão Emergencial nº 004/2021-SES/GO e 049/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF);

(9) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes aos Contratos de Gestão Emergencial nº 021/2021-SES/GO e 046/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB);

(10) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN); e

(11) formalização da aprovação do parecer conclusivo do Conselho de Administração sobre as contas e demonstrações contábeis e financeiras referentes ao Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos (HETRIN), Hospital Estadual de Luziânia (HEL), Hospital Estadual de



Formosa - Dr. César Saad Fayad (HEF), Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó (HESLMB) e Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN).

Deliberações Tomadas por Unanimidade:

(1) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório gerencial e de atividades do Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, referente ao ano de 2.021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN), aprovaram todos os seus termos;

(2) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório gerencial e de atividades dos Contratos de Gestão Emergencial nsº 003/2021-SES/GO e 047/2021-SES/GO, referentes aos períodos do ano de 2.021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL), aprovaram todos os seus termos;

(3) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório gerencial e de atividades dos Contratos de Gestão Emergencial nsº 004/2021-SES/GO e 049/2021-SES/GO, referentes aos períodos do ano de 2.021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF), aprovaram todos os seus termos;

(4) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório gerencial e de atividades dos Contratos de Gestão Emergencial nsº 021/2021-SES/GO e 046/2021-SES/GO, referentes aos períodos do ano de 2.021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB), aprovaram todos os seus termos;

(5) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório gerencial e de atividades do Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, referente ao ano de 2.021, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN), aprovaram todos os seus termos;

(6) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes ao Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do



Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN), aprovaram todos os seus termos;

(7) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 003/2021-SES/GO e 047/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL), aprovaram todos os seus termos;

(8) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 004/2021-SES/GO e 049/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF), aprovaram todos os seus termos;

(9) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 021/2021-SES/GO e 046/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB), aprovaram todos os seus termos;

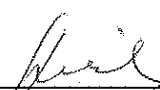
(10) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.021), referentes ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN), aprovaram todos os seus termos; e

(11) os conselheiros aprovam o parecer conclusivo do Conselho de Administração sobre as contas e demonstrações contábeis e financeiras referentes ao Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos (HETRIN), Hospital Estadual de Luziânia (HEL), Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad (HEF), Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó (HESLMB) e Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), o qual referenda as conclusões constantes de relatório de auditoria externa e de parecer do Conselho Fiscal. Ambos os pareceres, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, além do relatório de auditoria externa, seguem em anexo a esta Ata.

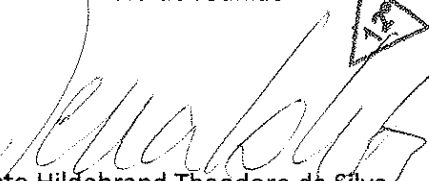


Bo de Notas da
da de Capital
NTOS. 1470
dripos Guedes
eizade

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, fazem os conselheiros constar nesta ata que a administração da entidade é composta por: **(a) Conselho de Administração da Sede:** VANDER LUÍS CARDOSO FORTUNATO, Presidente do Conselho de Administração, com mandato de 23.10.2019 até 23.10.2023 (eleito nos termos da alínea “a” do artigo 29 do Estatuto Social); GETRO DE OLIVEIRA PÁDUA, com mandato de 13.11.2020 até 13.11.22 (eleito nos termos da alínea “c” do artigo 29 do Estatuto Social); DANIEL REBELLO FIGUEIREDO, com mandato de 31.03.21 até 31.03.23 (eleito nos termos da alínea “b” do artigo 29 do Estatuto Social); MARCELO SILVEIRA RIBEIRO, com mandato de 31.03.21 até 31.03.25 (eleito nos termos da alínea “a” do artigo 29 do Estatuto Social); MIGUEL TORTORELLI (eleito nos termos da alínea “a” do artigo 29 do Estatuto Social), com mandato de 31.03.21 até 31.03.25; ANTÔNIO CARLOS DA VEIGA, com mandato de 10.12.21 a 10.12.23 (eleito nos termos da alínea “b” do artigo 29 do Estatuto Social); **(b) Diretoria da Sede:** DONATO LUIZ PERILLO, Diretor Presidente, com mandato de 31.03.2021 até 31.03.25 (eleito nos termos da alínea “k” do artigo 32 do Estatuto Social); ANDRÉ SILVA SADER, Diretor Financeiro, com mandato atual desde 31.03.2021 até 31.03.25 (eleito nos termos da alínea “k” do artigo 32 do Estatuto Social); e WILSON OLIVEIRA, Diretor Administrativo, com mandato de 30.08.2021 até 30.08.25 (eleito nos termos da alínea “k” do artigo 32 do Estatuto Social); **(c) Conselho Fiscal:** JOSÉ RONALD ROCHA, Presidente do Conselho Fiscal, com mandato de 31.03.2021 até 31.03.2022 (titular eleito nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social); FERNANDA BATISTA DE SOUZA, com mandato de 10.12.2021 até 10.12.2024 (titular eleita nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social); MÁRCIO WILLIAN BATISTA DE SOUZA, com mandato de 10.12.2021 até 10.12.2024 (titular eleito nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social); MADELY FERRARI DE SANTI, com mandato de 31.03.2021 até 31.03.2022 (suplente eleita nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social); WELINTON ROBERTO DE CARVALHO, com mandato de 10.12.2021 até 10.12.2024 (suplente eleito nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social); e JOHN FLAVIN DE ALMEIDA PRADO, com mandato de 10.12.2021 até 10.12.2024 (suplente eleito nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social).


DONATO LUIZ PERILLO
Presidente da mesa de reunião


VANDER LUÍS CARDOSO FORTUNATO
Secretário da mesa de reunião


Visto por Renato Hildebrand Theodoro da Silva
OAB/SP nº 130.626



12^o TABELIÃO de NOTAS **CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO-SP**
ALBERTO GAUDENCI Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
ALBERTO GAUDENCI AL. SANTOS, 1470 - INTERINO - Tel. (11) 3049-0277

Reconheço por semelhança 03 (três) firmas sem valor econômico de RENATO HILDEBRAND THEORO DA SILVA, DONATO LUIZ PERILLO e VANDER LUIS CARDOSO FORTUNATO e dou fê.
Selo: S11042AC200941, S21042AA649052
SAO PAULO, 17 de Março de 2022, Hr. 14:02
Em Testemunho da verdade. Vr. R\$22,50
RENATO TEIXEIRA DE SOUZA - ESCRIVENTE

 11462 FIRMA 1 S11042AC0200941	 11462 FIRMA 2 S21042AA0649052
--	--

12º Tabelião de Notas da
Comarca da Capital
AL. SANTOS, 1470
Renato Teixeira de Souza
Escrivente Autorizado



IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - CNPJ nº 19.324.171/0001-02

LISTA DE PRESENÇA ANEXA À ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SEDE, REALIZADA EM 07.01.2022, ÀS 20:30 H.

(a) **Vander Luís Cardoso Fortunato**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Elizabete Sabatini, nº 58, Vila Primavera, CEP 09760-110, portador da cédula de identidade RG nº 18.149.865-0 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 097.166.268-19

(b) **Getro Oliveira de Pádua**, brasileiro, casado, enfermeiro, residente e domiciliado na Cidade de Trindade, Estado de Goiás, à Rua 24, Quadra 168, Lote 12-A, nº 177, Vila Pai Eterno, CEP 75380-000, portador da cédula de identidade RG nº 1575497 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 036.419.156-27

(c) **Daniel Rebello Figueiredo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 9.539.251-8 SSP-RJ, inscrito junto ao CPF sob nº 087.738.698-64, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Itapura, nº 267, apartamento 83, Vila Gomes Cardim, CEP 03310-000

(d) **Marcelo Silveira Ribeiro**, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG 16.963.642-4 SSP-SP, inscrito junto ao CPF sob nº 154.130.548-58, residente e domiciliado à Rua São Marcelo, nº 92, Vila Gustavo, São Paulo, Capital, CEP 02250-050

(e) **Miguel Tortorelli**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG 3.411.656 SSP-SP, inscrito junto ao CPF/MF sob nº 683.748.798-15, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Jabuticatubas, nº 181, Jardim França, CEP 02339-050

(f) **Antônio Carlos da Veiga**, brasileiro, solteiro, sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana, portador da cédula de identidade RG nº 34.238.598-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 045.349.986-43, residente e domiciliado na cidade de Formosa, Estado de Goiás, à Rodovia GO-458, KM 04, Estrada Vicinal à Direita, S/N, CXPST 155, Zona Rural, CEP 73816-899



IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
CNPJ nº 19.324.171/0001-02

PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO DE FISCAL, SOBRE AS CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS REFERENTES AO HOSPITAL ESTADUAL TRINDADE - WALDA FERREIRA DOS SANTOS (HETRIN), HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA (HEL), HOSPITAL ESTADUAL DE FORMOSA - DR. CÉSAR SAAD FAYAD (HEF), HOSPITAL ESTADUAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - DR. GERALDO LANDÓ (HESLMB) E HOSPITAL ESTADUAL DO CENTRO-NORTE GOIANO (HCN)

Ao Conselho de Administração do Imed

Em mãos

O Conselho Fiscal do IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, associação sem fins lucrativos com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, conjunto 34, CEP 01332-000 e inscrita no CNPJ sob nº 19.324.171/0001-02, composto por **José Ronald Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, à Rua Soares de Camargo, nº 153, apartamento 13, Boqueirão, CEP 11045-050, portador da cédula de identidade RG nº 3.076.216-9 SSP-SP e inscrito no CPF sob nº 491.961.708-91; **Fernanda Batista de Souza**, brasileira, casada, profissional de marketing, portadora da cédula de identidade RG nº 27.174.215 SSP-SP, inscrita junto ao CPF sob nº 281.528.798-60, residente e domiciliada à Rua Cisplatina, nº 927, apartamento 03, Vila Pires, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09121-430; e **Márcio Willian Batista de Souza**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 40.217.875 SSP-SP, inscrito junto ao CPF sob nº 326.674.208-70, residente e domiciliado à Rua Cisplatina, nº 927, apartamento 03, Vila Pires, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09121-430, tendo revisado as demonstrações contábeis do IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, referentes ao Contrato de Gestão nº 37/2019-SES/GO celebrado com o Estado de Goiás, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos (HETRIN); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 003/2021-SES/GO e 047/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de Luziânia (HEL); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 004/2021-SES/GO e 049/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad (HEF); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 021/2021-SES/GO e 046/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de São Luís



de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó (HESLMB); e ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), e que foram acompanhados dos pareceres do auditor externo e do Conselho Fiscal da entidade, decidiu, **por parecer unânime**, pela **aprovação** dos mencionados relatórios e demonstrações, referentes ao ano de 2.021, nos termos em que foram apresentados.

É o parecer deste Conselho Fiscal que tais documentos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as atividades referentes ao Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN); aos Contratos de Gestão Emergencial nº 003/2021-SES/GO e 047/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL); aos Contratos de Gestão Emergencial nº 004/2021-SES/GO e 049/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF); aos Contratos de Gestão Emergencial nº 021/2021-SES/GO e 046/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB); e ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN), bem como suas posições patrimoniais e financeiras.

Assim sendo, em razão das atribuições deste órgão, determinadas pelo art. 41-D "c" do Estatuto Social, encaminhamos a V.Sas. as demonstrações acima mencionadas, devidamente aprovados por este Conselho Fiscal, e colocamo-nos à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 7 de janeiro de 2.022.


José Ronald Rocha


Fernanda Batista de Souza


Márcio Willian Batista de Souza



IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
CNPJ nº 19.324.171/0001-02

PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SOBRE AS CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS REFERENTES AO HOSPITAL ESTADUAL TRINDADE - WALDA FERREIRA DOS SANTOS (HETRIN), HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA (HEL), HOSPITAL ESTADUAL DE FORMOSA - DR. CÉSAR SAAD FAYAD (HEF), HOSPITAL ESTADUAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - DR. GERALDO LANDÓ (HESLMB) E HOSPITAL ESTADUAL DO CENTRO-NORTE GOIANO (HCN)

O Conselho de Administração do IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, associação sem fins lucrativos com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, nº 202, conjunto 34, CEP 01332-000 e inscrita no CNPJ sob nº 19.324.171/0001-02, composto por **Vander Luís Cardoso Fortunato**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Elizabete Sabatini, nº 58, Vila Primavera, CEP 09760-110, portador da cédula de identidade RG nº 18.149.865-0 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 097.166.268-19; **Getro Oliveira de Pádua**, brasileiro, casado, enfermeiro, residente e domiciliado na Cidade de Trindade, Estado de Goiás, à Rua 24, Quadra 168, Lote 12-A, nº 177, Vila Pai Eterno, CEP 75380-000, portador da cédula de identidade RG nº 1575497 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 036.419.156-27; **Daniel Rebello Figueiredo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 9.539.251-8 SSP-RJ, inscrito junto ao CPF sob nº 087.738.698-64, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Itapura, nº 267, apartamento 83, Vila Gomes Cardim, CEP 03310-000; **Marcelo Silveira Ribeiro**, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG 16.963.642-4 SSP-SP, inscrito junto ao CPF sob nº 154.130.548-58, residente e domiciliado à Rua São Marcelo, nº 92, Vila Gustavo, São Paulo, Capital, CEP 02250-050; **Miguel Tortorelli**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG 3.411.656 SSP-SP, inscrito junto ao CPF/MF sob nº 683.748.798-15, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Jaboticatubas, nº 181, Jardim França, CEP 02339-050; e **Antônio Carlos da Veiga**, brasileiro, solteiro, sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana, portador da cédula de identidade RG nº 34.238.598-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 045.349.986-43,



residente e domiciliado na cidade de Formosa, Estado de Goiás, à Rodovia GO-458, KM 04, Estrada Vicinal à Direita, S/N, CXPST 155, Zona Rural, CEP 73816-899, tendo revisado as demonstrações contábeis do IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, referentes ao Contrato de Gestão nº 37/2019-SES/GO celebrado com o Estado de Goiás, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos (HETRIN); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 003/2021-SES/GO e 047/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de Luziânia (HEL); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 004/2021-SES/GO e 049/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad (HEF); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 021/2021-SES/GO e 046/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldô Landó (HESLMB); e ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), e que foram acompanhados dos pareceres do auditor externo e do Conselho Fiscal da entidade, decidiu, **por parecer unânime**, pela **aprovação** dos mencionados relatórios e demonstrações, referentes ao ano de 2.021, nos termos em que foram apresentados.

É o parecer deste Conselho de Administração que tais documentos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as atividades referentes ao Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 003/2021-SES/GO e 047/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 004/2021-SES/GO e 049/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF); aos Contratos de Gestão Emergencial nsº 021/2021-SES/GO e 046/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB); e ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN), bem como suas posições patrimoniais e financeiras.



Assim sendo, em razão das atribuições exclusivas deste órgão, determinadas pelo art. 4º, IX da Lei Estadual nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, e pelo artigo 32 "h" do Estatuto Social da entidade, ficam aprovadas as demonstrações acima mencionadas por este Conselho de Administração.

São Paulo, 7 de janeiro de 2022.

Vander Luís Cardoso Fortunato

Getro de Oliveira Pádua

Daniel Rebello Figueiredo

Marcelo Silveira Ribeiro,

Miguel Tortorelli

Antonio Carlos da Veiga



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Inscrito sob CRM nº
959489

CNPJ nº
19.324.171/0001-02

Inscrição
07/11/2013

Validade
30/11/2022

Razão Social

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

Nome Fantasia

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

Endereço

R ITAPEVA 202 CJ 34 - BELA VISTA

Município/UF

SAO PAULO

CEP

01332000

Responsável Técnico

WANIA SANCHES PICASSO - CRM nº 79775

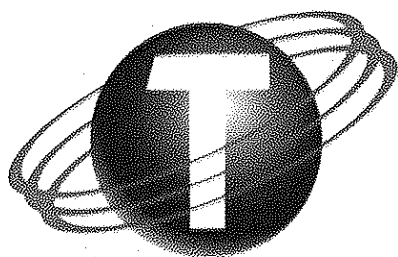
Classificação

ADMINISTRACAO DE SERVICOS MEDICOS

Este certificado atesta a **REGULARIDADE** da Inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina, em cumprimento à Lei nº 6.839 de 30/10/1980 e às Resoluções CFM nº 997 de 23/05/1980 e 1.980 de 11/07/2011. Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é **válido até 30/11/2022**. Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.



6 D 1 5 7 2 2 8 6 E 6 8 1 F C C 1 F B E 3 F C 5 A D E F B E 3 B



TRIÁDE
Auditores & Consultores

**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO – Unidade Trindade**

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Roberto Miguel





**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
Trindade**

ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanco Patrimonial.....	07
Demonstração do Resultado.....	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade
Trindade - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.



Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) As demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade de Trindade**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós nem por outro auditor independente, portanto não estamos emitindo conclusão sobre essas demonstrações contábeis.

(II) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Trindade do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2021 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

Base para conclusão com ressalva

(I) Devido às limita es dos controles internos existentes o Instituto não segrega adequadamente os custos e despesas incorridas no exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segrega o dos saldos apresentados na demonstra o de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassifica o entre esses saldos.

(II) Conforme exposto na Nota Explicativa N  6 Ativo e Passivo compensado, os ativos tangíveis oriundos do poder concedente e os adquiridos pelo Instituto com a utiliza o de recursos destinados com essa finalidade, deverão ser devolvidos ao poder público ao término do contrato de gestão hospitalar. As contas contábeis que det m o registro desses ativos devem ser apresentadas com saldo igualitário ao seu correspondente passivo, pois ao término do contrato, tanto os ativos oriundos do poder concedente quanto os adquiridos pelo Instituto deverão ser encaminhados ao poder concedente no término do contrato de acordo com o Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis, do Contrato de Gestão. Entretanto para a manuten o de suas atividades além dos equipamentos adquiridos com recursos destinados para esse fim específico o Instituto tem a necessidade de realizar a aquisi o de



outros ativos para o bom desempenho de suas atividades, para tal utiliza recursos oriundos das verbas de custeio para realizar tal investimento. O registro contábil desses bens móveis foi realizado em contas de Ativo Compensado sem o seu correspondente no Passivo. Por se tratar de uma aquisição de ativos para manutenção das atividades do contrato, o registro contábil de tais itens seria no grupo de Ativo Imobilizado e seu custo amortizado ao período vigente do contrato.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 07 de janeiro de 2022

TRIÁDE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel
Sócio Diretor
CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva
Sócio Diretor
CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - UNIDADE TRINDADE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

Ativo	Notas	(Não Revisado)		Passivo	Notas	(Não Revisado)	
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	44.876.589	4.916.451	Fornecedores	7	2.892.762	1.820.153
Contas a receber		-	645.421	Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.424.131	1.768.075
Estoques	5	410.500	683.277	Obrigações fiscais e tributárias		206.901	179.760
Outros Créditos		199.900	59.348	Outras Obrigações		1.500	16.430
				Adiantamento de Recursos	9	41.789.449	2.212.800
Total do ativo circulante		45.486.990	6.304.497	Total do passivo circulante		47.314.743	5.997.218
				Não circulante			
Não circulante				Outras Obrigações de Longo Prazo	6	384.884	384.884
Outros Créditos de Longo Prazo		-	-	Passivo Compensado		4.908.456	3.743.456
				Total do passivo não circulante		5.293.340	4.128.340
Total do ativo não circulante		5.021.820	3.901.526	Patrimônio social			
				Patrimônio Social			
Imobilizado		-	-	Superávit Acumulado		(2.099.272)	80.466
Ativo Compensado	6	5.021.820	3.901.526				
Total do ativo		50.508.810	10.206.023	Total do patrimônio social		(2.099.272)	80.466
				Total do passivo		50.508.810	10.206.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - TRINDADE
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado)</u> <u>31/12/2020</u>
Receita Operacional Líquida	10	36.723.091	33.918.868
Custo dos serviços prestados		(5.393.494)	(3.337.019)
Resultado operacional bruto		31.329.597	30.581.849
(-/+ Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas	11	(33.902.381)	(30.246.197)
Despesas tributárias		(23.628)	(1.572)
Resultado Financeiro		203.010	(54.760)
Outras receitas e Despesas Operacionais		213.665	-
Resultado Antes das Provisões Tributárias		(2.179.737)	279.321
Superávít do Exercício		(2.179.737)	279.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - TRINDADE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	(2.179.737)	279.321
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	645.421	(636.585)
Em valores de estoques	272.777	(213.967)
Em outros valores a receber	(140.553)	(54.302)
Em valores de Ativo Compensado	(1.120.294)	(1.248.050)
	<u>(342.649)</u>	<u>(2.152.903)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Empréstimos	-	-
Em fornecedores	1.072.609	(201.277)
Em obrigações sociais e trabalhistas	656.056	428.442
Em obrigações tributárias e fiscais	27.141	7.188
Em outras obrigações	(14.930)	2.229.230
Em adiantamento de recursos	39.576.649	-
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	1.165.000	320
	<u>42.482.524</u>	<u>2.463.903</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	42.139.875	310.999
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimen	-	-
Acréscimo (decréscimo) em caixa	39.960.138	590.320
Saldo inicial de caixa	4.916.451	4.326.131
Saldo final de caixa	44.876.589	4.916.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE
Trindade**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa
Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021.
(valores em Reais)**

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Trindade. (“ IMED” ou “ Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, 3º andar e desta filial, objeto das demonstrações contábeis situado na R. 03, 200 - Jardim Primavera no município de Trindade, estado de Goiás.,

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 25 de agosto de 2019 o IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento celebrou contrato nº. 037- 2019 com a secretaria de Estado de Saúde, para gestão gerenciamento e operacionalização e a execução de atividades do Hospital Estadual de Urgências de Trindade. Walda Ferreira dos Santos. O contrato firmado tem prazo determinado de 48 meses.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato n°. 037-2019. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC N° 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.



b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais para medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.



k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	-	2.402.599
Aplicações Financeiras	44.876.589	2.513.853
	44.876.589	4.916.451

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Estoques

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Estoques	410.500	683.277
Estoques de Terceiros	-	-
	410.500	683.277



6. Ativos e Passivos Compensados

Ativo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Sistema MV	-	122.640
Ar Condicionado	111.007	111.007
Computadores e Periféricos	224.564	204.664
Máquinas e Equipamentos	1.987.749	769.894
Móveis e Utensílios	377.741	372.562
Veículos	25.465	25.465
Lavadeira	1.274.290	1.274.290
Centro de Parto	1.021.003	1.021.003
Comodato	-	-
	5.021.820	3.778.886

Passivo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Ar Condicionado	111.007	111.007
Computadores e Periféricos	145.991	145.991
Máquinas e Equipamentos	1.915.998	750.998
Móveis e Utensílios	357.398	357.398
Veículos	25.465	25.465
Lavanderia	1.274.290	1.274.290
Centro de Parto	1.078.307	1.078.307
Comodato	-	-
	4.908.456	3.743.456
	113.364	35.430

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato.



7. Fornecedores

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Fornecedores Diversos (a)	-	-
Fornecedores	2.892.762	1.820.153
	2.892.762	1.820.153

8. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Obrigações com Pessoal	861.682	731.198
Provisões Trabalhistas	1.562.448	1.036.877
	2.424.131	1.768.075

9. Adiantamento de Recursos

O saldo no montante de R\$ 41.789.449 classificado como Adiantamento de Recursos, referem-se a valores recebidos pelo instituto oriundos do ente público para investimento em equipamentos, reforma e ampliação da unidade, previstos nos contratos de gestão firmados com o poder público.

10. Receita Operacional Líquida

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Receita Bruta de Doação e Subvenções	36.723.091	33.911.338
Receita de Doações	-	7.530
	36.723.091	33.918.868



11. Despesas Administrativas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Despesas de Pessoal	(11.493.702)	(9.559.272)
Despesas Gerais	(65.049)	(159.532)
Despesas Operacionais	(22.343.629)	(20.527.392)
	(33.902.381)	(30.246.197)

12. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplicá-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.

13. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade na Unidade de Trindade provém, exclusivamente, do contrato nº. 037-2019, firmado entre o Instituto e a, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual de Urgências do município de Trindade "Walda Ferreira dos Santos".

O contrato firmado com a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás teve início em 25 de agosto de 2019 e tem prazo determinado de 48 meses.



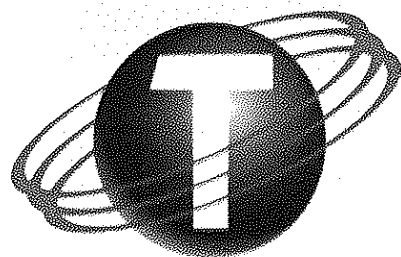
14. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

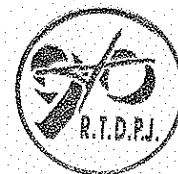
De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2021 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco operacional, que pode afetar as atividades do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de gerenciamento e operacionalização da Unidade, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais.



TRIÁDE
Auditores & Consultores



**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO – Unidade Luziânia**

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Roberto Miguel





**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
Luziânia**



ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanco Patrimonial.....	07
Demonstração do Resultado.....	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Aos Administradores do
Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia
Luziânia - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.



Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) As demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade de Luziânia**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós nem por outro auditor independente, portanto não estamos emitindo conclusão sobre essas demonstrações contábeis.

(II) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Luziânia do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** a administração optou por não divulgar a Mutações do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2021 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

Base para conclusão com ressalva

(I) Devido às limitações dos controles internos existentes o Instituto não segrega adequadamente os custos e despesas incorridas no exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstração de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassificação entre esses saldos.

(II) Conforme exposto na Nota Explicativa Nº 6 Ativo e Passivo compensado, os ativos tangíveis oriundos do poder concedente e os adquiridos pelo Instituto com a utilização de recursos destinados com essa finalidade, deverão ser devolvidos ao poder público ao término do contrato de gestão hospitalar. As contas contábeis que detém o registro desses ativos devem ser apresentadas com saldo igualitário ao seu correspondente passivo, pois ao término do contrato, tanto os ativos oriundos do poder concedente quanto os adquiridos pelo Instituto deverão ser encaminhados ao poder concedente no término do contrato de acordo com o Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis, do Contrato de Gestão. Entretanto para a manutenção de suas atividades além dos equipamentos adquiridos com recursos destinados para esse fim específico o Instituto tem a necessidade de realizar a aquisição de



outros ativos para o bom desempenho de suas atividades, para tal utiliza recursos oriundos das verbas de custeio para realizar tal investimento. O registro contábil desses bens móveis foi realizado em contas de Ativo Compensado sem o seu correspondente no Passivo. Por se tratar de uma aquisição de ativos para manutenção das atividades do contrato, o registro contábil de tais itens seria no grupo de Ativo Imobilizado e seu custo amortizado ao período vigente do contrato.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 07 de janeiro de 2022

TRIÁDE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel
Sócio Diretor
CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva
Sócio Diretor
CRC 1SP 300369/O-2



IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - UNIDADE LUZIÂNIA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Circulante							
Caixa e equivalentes	4	16.691.083	6.271.660	Fornecedores	7	4.014.284	3.783.805
Contas a receber		-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.646.109	1.501.196
Estoques	5	589.414	893.460	Obrigações fiscais e tributárias		266.891	270.747
Outros Créditos		109.180	-	Outras Obrigações		1.696	1.850
				Adiantamento de Recursos	9	3.336.698	2.815.000
Total do ativo circulante		17.389.677	7.165.121	Total do passivo circulante		10.265.679	8.372.598
Não circulante							
Outros Créditos de Longo Prazo		1.500	1.500	Não circulante		-	(700)
Imobilizado		-	-	Outras Obrigações de Longo Prazo		-	(700)
Ativo Compensado	6	3.198.869	3.421.384	Passivo Compensado	6	2.866.591	2.866.591
Total do ativo não circulante		3.200.369	3.422.884	Total do passivo não circulante		2.866.591	2.865.891
Total do ativo		20.590.046	10.588.005	Patrimônio social		-	-
				Patrimônio Social		7.457.776	(650.485)
				Superávit Acumulado		-	-
				Total do patrimônio social		7.457.776	(650.485)
				Total do passivo		20.590.046	10.588.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - LUZIÂNIA
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

		Luziania	Luziania
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado)</u> <u>31/12/2020</u>
Receita Operacional Líquida	10	73.917.469	27.600.697
Custo dos serviços prestados		(11.225.849)	(3.534.992)
Resultado operacional bruto		62.691.620	24.065.704
(-/+) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas	11	(54.878.652)	(24.697.666)
Despesas tributárias		(43.763)	(2.476)
Resultado Financeiro		218.496	(16.047)
Outras receitas e Despesas Operacionais		120.560	-
Resultado Antes das Provisões Tributárias		8.108.261	(650.485)
Superávit do Exercício		8.108.261	(650.485)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - LUZIÂNIA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado)</u> <u>31/12/2020</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	8.108.261	(650.485)
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	-	-
Em valores de estoques	304.046	(893.460)
Em outros valores a receber	(109.180)	(1.500)
Em valores de Ativo Compensado	222.515	(3.421.384)
	<u>417.381</u>	<u>(4.316.344)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Empréstimos	-	-
Em fornecedores	230.480	3.783.805
Em obrigações sociais e trabalhistas	1.144.913	1.501.196
Em obrigações tributárias e fiscais	(3.856)	270.747
Em outras obrigações	546	1.150
Em adiantamento de recursos	521.698	2.815.000
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	-	2.866.591
	<u>1.893.780</u>	<u>11.238.489</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.311.162	6.922.145
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Acréscimo (decréscimo) em caixa	10.419.422	6.271.660
Saldo inicial de caixa	6.271.660	-
Saldo final de caixa	16.691.083	6.271.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE
LUZIÂNIA**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa
Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021.
(valores em Reais)**

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Luziânia. (“IMED” ou “Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, 3º andar e desta filial, objeto das demonstrações contábeis situado a Avenida Alfredo Nasser, s/n Parque Estrela Dalva VII, Luziânia, estado de Goiás.,

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 18 de maio de 2020 o IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento celebrou contrato de gestão emergencial Contrato 027/2020 com prazo de vigência de 180 dias até o dia 14/11/2020 sendo prorrogado por iniciativa da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás até o dia 31/12/2020. Ao dia 01/01/2021 foi celebrado o Contrato 003/2021 firmado com vigência até 02/07/2021 e Contrato 047/2021 com vigência de 03/07/2021 a 02/01/2022, com a secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha, implantado nas dependências do Hospital Estadual de Luziânia - GO.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato n°. 047-2021. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC N° 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.



b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais para medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.



k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Caixa	-	(12)
Bancos Conta Movimento	2.058.760	2.592.772
Aplicações Financeiras	14.632.323	3.678.900
	<u>16.691.083</u>	<u>6.271.660</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Estoques

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Estoques	589.414	893.460
Estoques de Terceiros	-	-
	<u>589.414</u>	<u>893.460</u>



6. Ativos e Passivos Compensados

Ativo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Sistema MV	-	315.000
Ar Condicionado	95.299	95.299
Computadores e Periféricos	125.550	118.010
Máquinas e Equipamentos	2.593.632	2.508.687
Móveis e Utensílios	384.387	384.387
Veículos	-	-
Lavadeira	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	-	-
	3.198.869	3.106.384

Passivo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Ar Condicionado	95.299	95.299
Computadores e Periféricos	(76.743)	(76.743)
Máquinas e Equipamentos	2.469.008	2.469.008
Móveis e Utensílios	379.027	379.027
Veículos	-	-
Lavanderia	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	-	-
	2.866.591	2.866.591
	332.278	239.793

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato.



7. Fornecedores

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Fornecedores Diversos (a)	-	-
Fornecedores	4.014.284	3.783.805
	4.014.284	3.783.805

8. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Obrigações com Pessoal	1.060.429	915.931
Provisões Trabalhistas	1.585.680	585.265
	2.646.109	1.501.196

9. Adiantamento de Recursos

O saldo no montante de R\$ 3.336.698 classificado como Adiantamento de Recursos, referem-se a valores recebidos pelo instituto oriundos do ente público para investimento em equipamentos, previstos nos contratos de gestão firmados com o poder público.

10. Receita Operacional Líquida

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Receita Bruta de Subvenções	73.917.440	27.570.412
Receita de Doações	29	30.285
	73.917.469	27.600.697



11. Despesas Administrativas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Despesas de Pessoal	(14.724.452)	(6.470.452)
Despesas Gerais	(209.537)	(358.642)
Despesas Operacionais	(39.944.664)	(17.868.572)
	(54.878.652)	(24.697.666)

12. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplicá-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.

13. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade na Unidade de Luziânia provém, exclusivamente dos contratos de gestão 003/2021 e 047/2021, firmados entre o Instituto e a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual de Luziânia do município de Luziânia – GO



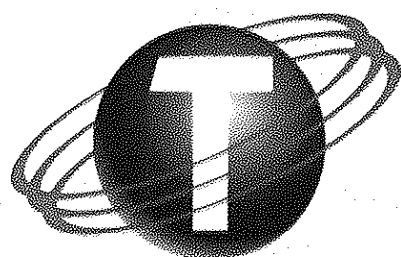
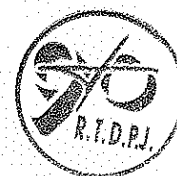
14. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2021 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco operacional, que pode afetar as atividades do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de gerenciamento e operacionalização da Unidade, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais.



TRIÁDE
Auditores & Consultores

**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO – Unidade Formosa**

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Roberto Miguel





**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
Formosa**

ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanço Patrimonial.....	07
Demonstração do Resultado.....	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa
Formosa - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

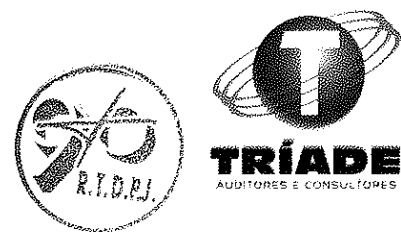
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.



Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) As demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade de Formosa**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós nem por outro auditor independente, portanto não estamos emitindo conclusão sobre essas demonstrações contábeis.

(II) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Formosa do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2021 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

Base para conclusão com ressalva

(I) Devido às limita es dos controles internos existentes o Instituto não segrega adequadamente os custos e despesas incorridas no exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstra o de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassifica o entre esses saldos.

(II) Conforme exposto na Nota Explicativa N  6 Ativo e Passivo compensado, os ativos tangíveis oriundos do poder concedente e os adquiridos pelo Instituto com a utiliza o de recursos destinados com essa finalidade, deverão ser devolvidos ao poder público ao término do contrato de gestão hospitalar. As contas contábeis que det m o registro desses ativos devem ser apresentadas com saldo igualitário ao seu correspondente passivo, pois ao término do contrato, tanto os ativos oriundos do poder concedente quanto os adquiridos pelo Instituto deverão ser encaminhados ao poder concedente no término do contrato de acordo com o Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis, do Contrato de Gestão. Entretanto para a manuten o de suas atividades além dos equipamentos adquiridos com recursos destinados para esse fim específico o Instituto tem a necessidade de realizar a aquisi o de



outros ativos para o bom desempenho de suas atividades, para tal utiliza recursos oriundos das verbas de custeio para realizar tal investimento. O registro contábil desses bens móveis foi realizado em contas de Ativo Compensado sem o seu correspondente no Passivo. Por se tratar de uma aquisição de ativos para manutenção das atividades do contrato, o registro contábil de tais itens seria no grupo de Ativo Imobilizado e seu custo amortizado ao período vigente do contrato.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 07 de janeiro de 2022

TRIÁDE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel
Sócio Diretor
CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva
Sócio Diretor
CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - FORMOSA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Circulante							
Caixa e equivalentes	4	131.588.921	3.076.748	Fornecedores	7	4.821.017	5.043.039
Contas a receber		-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.339.114	1.193.856
Estoques	5	1.687.487	884.477	Obrigações fiscais e tributárias		280.909	233.416
Outros Créditos		72.758	2.001	Outras Obrigações		35.724	23.385
				Adiantamento de Recursos	9	113.806.829	-
Total do ativo circulante		133.349.166	3.963.226	Total do passivo circulante		121.283.594	6.493.697
Não circulante							
Outros Créditos de Longo Prazo		-	-	Outras Obrigações de Longo Prazo		-	-
Imobilizado		-	-	Passivo Compensado	6	2.803.118	2.803.118
Ativo Compensado	6	3.213.071	3.737.465	Total do passivo não circulante		2.803.118	2.803.118
Total do ativo não circulante		3.213.071	3.737.465	Patrimônio social			
				Patrimônio Social			
				Superávit Acumulado		12.475.526	(1.596.124)
Total do ativo		136.562.237	7.700.691	Total do patrimônio social		12.475.526	(1.596.124)
				Total do passivo		136.562.237	7.700.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - FORMOSA
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(em Reais)

		Formosa	Formosa
	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Receita Operacional Líquida	10	72.445.767	28.495.166
Custo dos serviços prestados		(7.958.619)	(2.704.181)
Resultado operacional bruto		64.487.148	25.790.985
(-/+) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas	11	(49.850.969)	(27.360.636)
Despesas tributárias		(44.334)	(546)
Resultado Financeiro		210.186	(25.926)
Outras receitas e Despesas Operacionais		(730.381)	-
Resultado Antes das Provisões Tributárias		14.071.649	(1.596.124)
Superávit do Exercício		14.071.649	(1.596.124)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - FORMOSA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	14.071.649	(1.596.124)
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	-	-
Em valores de estoques	(803.010)	(884.477)
Em outros valores a receber	(70.757)	(2.001)
Em valores de Ativo Compensado	524.394	(3.737.465)
	<u>(349.373)</u>	<u>(4.623.943)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Empréstimos	-	-
Em fornecedores	(222.022)	5.043.039
Em obrigações sociais e trabalhistas	1.145.258	1.193.856
Em obrigações tributárias e fiscais	47.493	233.416
Em outras obrigações	12.338	23.385
Em adiantamento de recursos	113.806.829	-
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	-	2.803.118
	<u>114.789.897</u>	<u>9.296.815</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	114.440.523	4.672.872
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-
Acréscimo (decréscimo) em caixa	128.512.173	3.076.748
Saldo inicial de caixa	3.076.748	-
Saldo final de caixa	131.588.921	3.076.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE

Formosa

Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa

Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Formosa. (“IMED” ou “Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, 3º andar e desta filial, objeto das demonstrações contábeis situada na Rua 3, número 255, quadra 04, lote 10 no município de Formosa, estado de Goiás.,

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

Ao dia 19 de maio de 2020 o IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento celebrou contrato de gestão emergencial Contrato 026/2020 com prazo de vigência de 180 dias até o dia 14/11/2020, sendo prorrogado por iniciativa da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás até o dia 31/12/2020. Ao dia 01/01/2021 foi celebrado o Contrato nº 004/2021 firmado com vigência até 02/07/2021 e Contrato nº 049/2021 com vigência de 03/07/2021 a 02/01/2022 com a secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha, implantado nas dependências do Hospital Estadual de Formosa - GO Dr. César Saad Fayad.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas aos contratos n°. 004-2021 e 049/2021. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC N° 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência história e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.



b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros



créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais para medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.

k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência



4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Caixa	-	13.172
Bancos Conta Movimento	121.772.196	5.296
Aplicações Financeiras	9.816.726	3.058.281
	<u>131.588.921</u>	<u>3.076.748</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Estoques

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Estoques	1.470.249	884.477
Estoques de Terceiros	217.238	-
	<u>1.470.249</u>	<u>884.477</u>



6. Ativos e Passivos Compensados

Ativo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Sistema MV	-	605.999
Ar Condicionado	40.008	40.008
Computadores e Periféricos	62.470	18.771
Máquinas e Equipamentos	2.989.954	2.974.619
Móveis e Utensílios	120.639	98.068
Veículos	-	-
Lavadeira	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	-	-
	3.213.071	3.131.466

Passivo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Ar Condicionado	40.008	40.008
Computadores e Periféricos	(112.160)	(112.160)
Máquinas e Equipamentos	2.895.085	2.895.085
Móveis e Utensílios	(19.815)	(19.815)
Veículos	-	-
Lavanderia	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	-	-
	2.803.118	2.803.118
	409.953	328.348

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato.



7. Fornecedores

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Fornecedores Diversos (a)	-	-
Fornecedores	4.821.017	5.043.039
	4.821.017	5.043.039

8. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Obrigações com Pessoal	943.294	632.805
Provisões Trabalhistas	1.395.821	561.052
	2.339.114	1.193.856

9. Adiantamento de Recursos

O saldo no montante de R\$ 113.806.829 classificado como Adiantamento de Recursos, referem-se a valores recebidos pelo instituto oriundos do ente público para investimento em equipamentos, reforma e ampliação da unidade, previstos nos contratos de gestão firmados com o poder público.

10. Receita Operacional Líquida

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Receita Bruta de Subvenções	72.444.805	28.495.166
Receita de Doações	963	-
	72.445.767	28.495.166



11. Despesas Administrativas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Despesas de Pessoal	(12.365.063)	(5.561.547)
Despesas Gerais	(196.838)	(179.311)
Despesas Operacionais	(37.289.068)	(21.619.777)
	(49.850.969)	(27.360.636)

12. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplica-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.

13. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade na Unidade de Formosa provém, exclusivamente dos contratos de gestão 004/2021 e 049/2021, firmados entre o Instituto e a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual de Formosa – GO, Dr. César Saad Fayad no município de Formosa - GO.



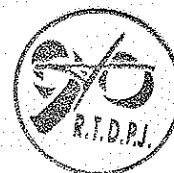
14. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2021 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco operacional, que pode afetar as atividades do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de gerenciamento e operacionalização da Unidade, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais.



**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO – Unidade São Luís de
Montes Belos**

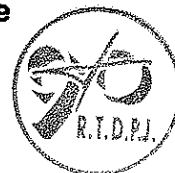
**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Roberto Miguel



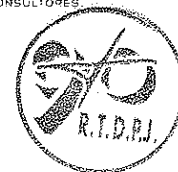


**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
São Luís de Montes Belos**



ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanco Patrimonial.....	07
Demonstração do Resultado.....	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
**Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes
Belos**
São Luís de Montes Belos - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.



Outros assuntos

(I) As demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade de São Luís de Montes Belos**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós nem por outro auditor independente, portanto não estamos emitindo conclusão sobre essas demonstrações contábeis.

(II) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de São Luís de Montes Belos do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2021 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

Base para conclusão com ressalva

(I) Devido às limita es dos controles internos existentes o Instituto não segrega adequadamente os custos e despesas incorridas no exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstra o de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassifica o entre esses saldos.

(II) Conforme exposto na Nota Explicativa Não 6 Ativo e Passivo compensado, os ativos tangíveis oriundos do poder concedente e os adquiridos pelo Instituto com a utiliza o de recursos destinados com essa finalidade, deverão ser devolvidos ao poder público ao término do contrato de gestão hospitalar. As contas contábeis que det m o registro desses ativos devem ser apresentadas com saldo igualitário ao seu correspondente passivo, pois ao término do contrato, tanto os ativos oriundos do poder concedente quanto os adquiridos pelo Instituto deverão ser encaminhados ao poder concedente no término do contrato de acordo com o Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis, do Contrato de Gestão. Entretanto para a manuten o de suas atividades além dos equipamentos adquiridos com recursos

destinados para esse fim específico o Instituto tem a necessidade de realizar a aquisição de outros ativos para o bom desempenho de suas atividades, para tal utiliza recursos oriundos das verbas de custeio para realizar tal investimento. O registro contábil desses bens móveis foi realizado em contas de Ativo Compensado sem o seu correspondente no Passivo. Por se tratar de uma aquisição de ativos para manutenção das atividades do contrato, o registro contábil de tais itens seria no grupo de Ativo Imobilizado e seu custo amortizado ao período vigente do contrato.



Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 07 de janeiro de 2022

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel
Sócio Diretor
CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva
Sócio Diretor
CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - SÃO LUÍS DE MONTES
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Circulante							
Caixa e equivalentes	4	12.112.710	4.716.016	Fornecedores	7	1.925.522	2.010.410
Contas a receber		-	196.935	Obrigações sociais e trabalhistas	8	1.854.686	716.173
Estoques	5	1.193.777	460.167	Obrigações fiscais e tributárias		200.391	142.060
Outros Créditos		45.674	-	Outras Obrigações		218.238	11.782
				Adiantamento de Recursos		-	-
Total do ativo circulante		13.352.161	5.373.119	Total do passivo circulante		4.198.838	2.880.425
Não circulante							
Outros Créditos de Longo Prazo		-	-	Não circulante		-	-
Imobilizado		-	-	Outras Obrigações de Longo Prazo		-	-
Ativo Compensado	6	4.515.415	4.416.305	Passivo Compensado	6	4.388.618	4.388.618
Total do ativo não circulante		4.515.415	4.416.305	Total do passivo não circulante		4.388.618	4.388.618
Total do ativo		17.867.576	9.789.423	Patrimônio social		-	-
				Patrimônio Social		-	-
				Superávit Acumulado		9.280.121	2.520.381
				Total do patrimônio social		9.280.121	2.520.381
				Total do passivo		17.867.576	9.789.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - SÃO LUÍS DE MONTES
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Receita Operacional Líquida	9	46.676.551	11.702.542
Custo dos serviços prestados		(5.391.184)	(941.578)
Resultado operacional bruto		41.285.367	10.760.963
(-/+) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas	10	(34.223.093)	(8.227.507)
Despesas tributárias		(43.346)	-
Resultado Financeiro		147.993	(13.076)
Outras receitas e Despesas Operacionais		(407.181)	-
Resultado Antes das Provisões Tributárias		6.759.740	2.520.381
Superávit do Exercício		6.759.740	2.520.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - SÃO LUÍS DE MONTES
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	6.759.740	2.520.381
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	196.935	(196.935)
Em valores de estoques	(733.610)	(460.167)
Em outros valores a receber	(45.674)	-
Em valores de Ativo Compensado	(99.110)	(4.416.305)
	<u>(681.459)</u>	<u>(5.073.407)</u>
Acréscimo (decrécimo) de passivos		
Empréstimos	-	-
Em fornecedores	(84.888)	2.010.410
Em obrigações sociais e trabalhistas	1.138.514	716.173
Em obrigações tributárias e fiscais	58.332	142.060
Em outras obrigações	206.456	11.782
Em adiantamento de recursos	-	-
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	-	4.388.618
	<u>1.318.413</u>	<u>7.269.043</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	636.954	2.195.636
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-
Acréscimo (decrécimo) em caixa	7.396.694	4.716.016
Saldo inicial de caixa	4.716.016	-
Saldo final de caixa	12.112.710	4.716.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE

São Luís de Montes Belos

Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa

Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade São Luís de Montes Belos. (“ IMED” ou “ Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, 3º andar e desta filial, objeto das demonstrações contábeis fica na Rua 3, Quadra 04, Lote 08, s/n - Vila Popularno município de São Luís de Montes Belos, estado de Goiás.,

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 20 de outubro de 2020 o IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento celebrou contrato de gestão emergencial Contrato 050/2020 com prazo de vigência de 90 dias até o dia 16/01/2021. Ao dia 17/01/2021 foi celebrado o Contrato nº 021/2021 firmado com vigência até 16/07/2021 e Contrato nº 046/2021 com vigência de 17/07/2021 a 16/01/2022, com a secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha, implantado nas dependências do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos Dr. Geraldo Landó, em São Luís de Montes Belos - GO.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato n°. 046-2021. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC Nº 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.



b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais para medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.



k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Caixa	-	1.346
Bancos Conta Movimento	61.253	3.492.402
Aplicações Financeiras	12.051.457	1.222.268
	<u>12.112.710</u>	<u>4.716.016</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Estoques

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Estoques	1.193.777	460.167
Estoques de Terceiros	-	-
	<u>1.193.777</u>	<u>460.167</u>



6. Ativos e Passivos Compensados

Ativo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Sistema MV	-	-
Ar Condicionado	216.724	216.724
Computadores e Periféricos	113.603	98.013
Máquinas e Equipamentos	3.488.559	3.420.105
Móveis e Utensílios	692.609	677.543
Veículos	-	-
Lavadeira	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	3.920	3.920
	4.515.415	4.416.305

Passivo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Ar Condicionado	216.724	216.724
Computadores e Periféricos	98.013	98.013
Máquinas e Equipamentos	3.413.277	3.413.277
Móveis e Utensílios	656.684	656.684
Veículos	-	-
Lavanderia	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	3.920	3.920
	4.388.618	4.388.618
	126.797	27.687

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato.



7. Fornecedores

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Fornecedores Diversos (a)	-	-
Fornecedores	1.925.522	2.010.410
	1.925.522	2.010.410

8. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Obrigações com Pessoal	754.833	509.215
Provisões Trabalhistas	1.099.853	206.957
	1.854.686	716.173

9. Receita Operacional Líquida

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Receita Bruta de Subvenções	46.676.551	11.702.542
Receita de Doações	-	-
	46.676.551	11.702.542

10. Despesas Administrativas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Despesas de Pessoal	(9.277.986)	(2.356.696)
Despesas Gerais	(253.006)	(50.648)
Despesas Operacionais	(24.692.101)	(5.820.164)
	(34.223.093)	(8.227.507)



11. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplicá-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.

12. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade na Unidade de São Luís de Montes Belos provém, exclusivamente dos contratos de gestão 021/2021 e 046/2021, firmados entre o Instituto e a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual Dr. Geraldo Landó, em São Luís de Montes Belos - GO

13. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

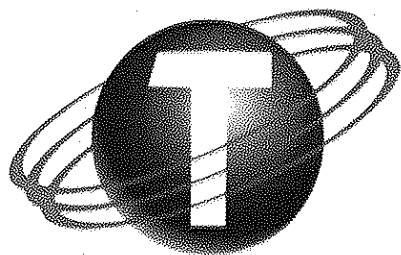
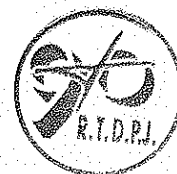
De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação



potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2021 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco operacional, que pode afetar as atividades do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de gerenciamento e operacionalização da Unidade, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais.



TRÍADE
Auditores & Consultores

**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO – Unidade Uruaçu**

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Roberto Miguel





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
Uruaçu



ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanço Patrimonial.....	07
Demonstração do Resultado.....	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Aos Administradores do
Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu
Uruaçu - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu, Hospital de Campanha, implantado nas dependências do HOSPITAL ESTADUAL GERAL E MATERNIDADE DE URUAÇU - HEMU, em Uruaçu- GO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.



Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Uruaçu do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu** a administração optou por não divulgar a Mutaçao do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2021 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

Base para conclusao com ressalva

(I) Devido às limitações dos controles internos existentes o Instituto não segrega adequadamente os custos e despesas incorridas no exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstração de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassificação entre esses saldos.



Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 07 de janeiro de 2022

TRIÁDE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel
Sócio Diretor
CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva
Sócio Diretor
CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - URUAÇU
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	9.889.941	-	Fornecedores	8	3.916.349	-
Contas a receber	5	23.071.431	-	Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.441.821	-
Estoques	6	5.413.747	-	Obrigações fiscais e tributárias		56.869	-
Outros Créditos		-	-	Outras Obrigações		-	-
				Adiantamento de Recursos	10	10.000.000	-
Total do ativo circulante		38.375.119	-	Total do passivo circulante		15.415.039	-
Não circulante				Não circulante			
Outros Créditos de Longo Prazo		-	-	Outras Obrigações de Longo Prazo	11	5.496.402	-
				Passivo Compensado	7	18.453.386	-
Total do ativo não circulante		18.453.386	-	Total do passivo não circulante		23.949.788	-
Total do ativo		56.828.505	-	Patrimônio social			
				Patrimônio Social		-	-
				Superávit Acumulado		17.463.679	-
				Total do patrimônio social		17.463.679	-
				Total do passivo		56.828.505	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - URUAÇU
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)



	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Operacional Líquida	12	23.071.431	-
Custo dos serviços prestados		(527.513)	-
Resultado operacional bruto		22.543.918	-
(-/+ Despesas e receitas operacionais)			
Despesas administrativas	13	(5.080.646)	-
Despesas tributárias		(0)	-
Resultado Financeiro		407	-
Outras receitas e Despesas Operacionais		-	-
Resultado Antes das Provisões Tributárias		17.463.679	-
Superávit do Exercício		17.463.679	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - URUAÇU
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)



	Uruaçu 31/12/2021	Uruaçu 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	17.463.679	-
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber de clientes	(23.071.431)	-
Em valores de estoques	(5.413.747)	-
Em outros valores a receber	-	-
Em valores de Ativo Compensado	(18.453.386)	-
	<u>(46.938.565)</u>	<u>-</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Empréstimos	-	-
Em fornecedores	3.916.349	-
Em obrigações sociais e trabalhistas	1.441.821	-
Em obrigações tributárias e fiscais	56.869	-
Em outras obrigações	5.496.402	-
Em adiantamento de recursos	10.000.000	-
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	18.453.386	-
	<u>39.364.827</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(7.573.738)	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-
Acréscimo (decréscimo) em caixa	9.889.941	-
Saldo inicial de caixa	-	-
Saldo final de caixa	9.889.941	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE
Uruaçu**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa
Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021.
(valores em Reais)**

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Uruaçu. (“ IMED” ou “ Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, 3º andar e desta filial, objeto das demonstrações contábeis situado na Rua Bahia, 26 S Central no município de Uruaçu, estado de Goiás.,

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 01 de dezembro de 2021 o IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento celebrou contrato de gestão, Contrato nº 080/2021 com vigência de 48 meses com a secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde nas dependências do Hospital Estadual do Centro Norte Goiano, em Uruaçu- GO.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato n°. 080-2021. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC Nº 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.



b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros



créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais para medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.



f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.

k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência



4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	6.999.953	-
Aplicações Financeiras	2.889.988	-
	9.889.941	-

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Subvenções a Receber	23.071.431	-
	23.071.431	-

6. Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Estoques	5.413.747	-
Estoques de Terceiros	-	-
	5.413.747	-



7. Ativos e Passivos Compensados

<u>Ativo Compensado</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Sistema MV	-	-
Ar Condicionado	-	-
Computadores e Periféricos	845.916	-
Máquinas e Equipamentos	17.068.916	-
Móveis e Utensílios	538.554	-
Veículos	-	-
Lavadeira	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	-	-
	18.453.386	-

<u>Passivo Compensado</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Ar Condicionado	-	-
Computadores e Periféricos	845.916	-
Máquinas e Equipamentos	17.068.916	-
Móveis e Utensílios	538.554	-
Veículos	-	-
Lavanderia	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	-	-
	18.453.386	-

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato.



8. Fornecedores

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Fornecedores Diversos (a)	-	-
Fornecedores	3.916.349	-
	3.916.349	-

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Obrigações com Pessoal	1.289.699	-
Provisões Trabalhistas	152.121	-
	1.441.821	-

10. Adiantamento de Recursos

O saldo no montante de R\$ 10.000.000 classificado como Adiantamento de Recursos, referem-se a valores recebidos pelo instituto oriundos do ente público para investimento em equipamentos, previstos nos contratos de gestão firmados com o poder público.

11. Outras Obrigações de Longo Prazo

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Outras Obrigações de Longo Prazo	5.496.402	-
	5.496.402	-



12. Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Receita Bruta de Subvenções	23.071.431	-
Receita de Doações	-	-
	<u>23.071.431</u>	<u>-</u>

13. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>(Não Revisado) 31/12/2020</u>
Despesas de Pessoal	(1.602.980)	-
Despesas Gerais	(18.168)	-
Despesas Operacionais	(3.459.498)	-
	<u>(5.080.646)</u>	<u>-</u>

14. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplicá-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.



15. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade na Unidade de Uruaçu provém, exclusivamente do contrato de gestão 080/2021 firmado entre o Instituto e a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual Geral e Maternidade de Uruaçu – HEMU, no município de Uruaçu – GO

16. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2021 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco operacional, que pode afetar as atividades do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de gerenciamento e operacionalização da Unidade, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais.